



CONSTRUÇÃO POR LEILÃO, MODADA POR PREÇOS
ADM 2025-2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL

REFERÊNCIA AO ETP Nº: 03/2026

1. DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios automotivos (originais, genuínos e/ou paralelos)**, com base na **tabela referencial TRAZ VALOR**, destinados à frota de veículos leves, utilitários, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pesados do Município de Comendador Gomes/MG.

1.2. A contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando atender às demandas das diversas secretarias municipais de forma **parcelada, conforme a necessidade**, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados. Os valores indicados neste Termo de Referência representam **estimativa máxima de despesa**, constituindo limite para fins de planejamento e controle orçamentário.

Un	ESPECIFICAÇÕES	Valor Global Estimado
Und	002 1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÕES MECÂNICAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS, GENUÍNAS OU PARALELAS) PARA CAMINHÕES	R\$1.400.000,00
Und	001 1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÕES MECÂNICAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS, GENUÍNAS OU PARALELAS) PARA MÁQUINAS PESADAS	R\$1.100.000,00
Und	004 1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÕES MECÂNICAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS, GENUÍNAS OU PARALELAS) PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS (VANS, CAMINHONETES)	R\$350.000,00
Und	003 1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÕES MECÂNICAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS, GENUÍNAS OU PARALELAS) PARA ÔNIBUS E MICROÔNIBUS	R\$800.000,00
Und	005 1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÕES MECÂNICAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS (ORIGINAIS, GENUÍNAS OU PARALELAS) VEÍCULOS LEVES	R\$600.000,00

1.3. Versam sobre o presente instrumento os veículos e máquinas abaixo apresentada, os quais serão objeto de manutenções preventiva e /ou corretivas.

Placa/Veículos	Marca/Modelo	Combustível	Ano Fabricação
DIESEL LEVES			
GPA-6569	Chevrolet / D 20 Custom S 1,2	DIESEL COMUM	1993
HMG-1376	Chevrolet / S-10 2.8 Turbo Cab.Dupla	DIESEL COMUM	2001
QOR-3689	Fiat / Ducato Marimar AMB	DIESEL S10	2016
QPX-1453	Renault Revescap L3H2	DIESEL S10	2018/2019
QPX-1345	Fiat Ducato GreenCaces	DIESEL S10	2018/2019
TYD-4F78	I/ Fiat Scudo NVA AMB	DIESEL S10	2025/2026
VEÍCULOS LEVES			
NXX-0941	Fiat / Doblo 1.4 CV	FLEX	2012
HLF-0870	Fiat / Doblo 0,62 T/114 CV	FLEX	2009
OOZ-5619	Fiat / Doblo 1.4 CV	FLEX	2012/2013
PUE-5406	Fiat / Palio Fire	FLEX	2014
PUV-5258	Fiat / Palio Fire Way	FLEX	2014/2015
PUV-5273	Fiat / Palio Fire	FLEX	2014/2015
HLF-9983	Fiat / Uno Mille Way Econ Flex 055 CV	FLEX	2012/2013

Página 1 de 19



CONSTRUÇÃO POR EMPRÉSTIMO: MONEDA POR PESSOAS
ADM 2025-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

PZY-4722	Toyota / Corolla XEI20	FLEX	2017/2018
OWN-0033	Fiat / Uno Mille Fire Flex	FLEX	2013/2014
QOP-4474	Toyota / Etios HBX 13 L MT Flex 05 L/098 CV/1329	FLEX	2018
QOQ-2968	Fiat / Argo 1.0 05 L/077 CV/1000	FLEX	2018
QOI-6474	Toyota / Etios HBX 13 L MT Flex 05 L/098 CV/1329	FLEX	2018
QQF-6915	Fiat / Uno Attractive 1.0	FLEX	2018/2019
QQF-6483	Fiat / Uno Attractive 1.0	FLEX	2018/2019
QQF-6492	Fiat / Uno Attractive 1.0	FLEX	2018/2019
HMG-5928	Fiat / Uno Mille Fire	FLEX	2005/2006
QXH-9033	Peugeot / Citroen Aircross Startmt	FLEX	2019/2020
QPB-4900	Peugeot / Partner 1.6	FLEX	2018/2019
QPR-2E41	Fiat / Fiorino Greecar AM	FLEX	2018/2019
FTL-4D93	Chevrolet / Spin 18L MT Premier	FLEX	2020/2021
FWE-1E15	Chevrolet / Spin 18L MT Premier	FLEX	2020/2021
RFV-0D16	Fiat/Fiorino Greencar Am	FLEX	2020/2021
QUD-4116	Renault / Duster 20D 4X4	FLEX	2019/2020
QXW1H49	Renault / Duster Zen	FLEX	2021/2022
QXQ-5A87	Fiat / Toro Endurece MT5	FLEX	2019/2020
RVW-4B10	Renault / Kwid Zen 2	FLEX	2022/2023
RVB-2G82	Fiat / Toro Freed AT9 4 X 4	FLEX	2022/2022
RVQ-9FO7	Fiat / Argo 1.0	FLEX	2022/2022
QZO-3E12	Chevrolet / Spin 1.8L AT LT7	FLEX	2023/2024
SJD-8A69	Fiat / Mobi Like	FLEX	2023/2024
FVT-4H58	Nissan / V-Drive 16SEDICVT	FLEX	2020/2021
TXI9D86	Cronos 02	FLEX	2025
TXS1G03	Citroën	FLEX	2025
PÁS-CARREGADEIRAS			
-	New Holland / 12 D Turbo	DIESEL COMUM	2014
-	Combat / 935-HMotor 6 Cilindros Turbo Diesel Modelo 226 DEUTZ 140 HP	DIESEL COMUM	2010
RETROS-ESCAVADEIRAS			
-	Rondon / Motor RK 406	DIESEL COMUM	2013
-	JCB / 2140	DIESEL COMUM	2014
MOTONIVELADORAS			
-	Caterpillar / Patrol 120 K Motor Kati 3306	DIESEL COMUM	2014
-	Case / Patrol 845BVHP Motor TIER 3 - FPT 6.7	DIESEL COMUM	2014
DIESEL PESADOS			
-	Massey Ferguson / Trator 275	DIESEL COMUM	2018
GMM-9039	Ford / F4000 4.0 T/089 CV	DIESEL COMUM	1986
OQM-9944	Iveco / TECTOR 170E22	DIESEL S10	2013/2014
HMM-5095	Mercedes-Benz / MB-M.Benz L1113 / 7.0 T / 130 CV	DIESEL COMUM	1982
SYD-3J38	Iveco / Tector 11-190	DIESEL S10	2022/2023
RUC-8J61	Iveco / Tector 260E30ID	DIESEL S10	2021/2022



COMENDADOR GOMES - MG
ADP 2025-2028

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

ÔNIBUS ESCOLARES			
QOQ-9723	Iveco / Granclass 150 S2 1E 0,00 T/206 CV	DIESEL S10	2018/2019
QQH-0920	MPolo / Volare V8L 4X4 EO	DIESEL S10	2019/2019
QQI-3020	Mercedes-Benz / M. Benz/Caio LO 916 ORE	DIESEL S10	2018/2019
QUL-1928	Volkswagen / VW/NeoBus TH O	DIESEL S10	2019/2020
QUL-1939	Volkswagen / VW/NeoBus TH O	DIESEL S10	2019/2020
CAMINHÕES BASCULANTES			
HMQ-2917	Ford / Cargo-2423	DIESEL S10	2012/2013
OXG-3578	Ford / Cargo-2423	DIESEL S10	2014
OXG-3F73	Volkswagen / 26280 CRM 6 x 4	DIESEL COMUM	2014

1.4. Os quantitativos foram estimados com base no **histórico de consumo da frota municipal**, na análise do último processo licitatório e na projeção da demanda para o período de vigência da contratação, estando distribuídos por **lotes**, conforme a tipologia dos veículos e equipamentos, com os respectivos valores globais estimados, conforme quadro constante deste Termo de Referência.

1.5. O custo estimado total da aquisição é de **R\$4.250.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta mil reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.6. O objeto desse termo de referência enquadra-se na categoria de materiais e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão.

1.7. Na elaboração da proposta de preço deverão ser observados os preços de referência dos itens, constantes deste Termo de Referência, extraídos de pesquisa de preços de mercado (apurados pela Secretaria), não devendo os preços ofertados ultrapassarem tais valores, que são tidos como preços máximos.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato administrativo e/ou ata de registro de preços, podendo ser prorrogado, conforme os ditames estabelecidos na Lei Federal n. 14.133/2021, nos arts. 106 e seguintes.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na **necessidade permanente de manutenção da frota municipal**, composta por veículos leves, utilitários, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pesados, indispensáveis à execução das atividades administrativas e operacionais do Município de Comendador Gomes/MG, especialmente na prestação de **serviços públicos essenciais** nas áreas de saúde, educação, transporte escolar, obras, limpeza urbana, meio ambiente, agricultura e infraestrutura.

2.2. A frota municipal é submetida a **uso intenso e contínuo**, em condições variadas de operação, o que demanda a realização frequente de **manutenções preventivas e corretivas**, bem como a substituição regular de peças e componentes automotivos, a fim de garantir condições adequadas de funcionamento, segurança, eficiência operacional e preservação do patrimônio público.

2.3. A inexistência de contrato vigente ou a interrupção na prestação desses serviços acarretaria **paralisação de veículos e equipamentos**, comprometendo diretamente a continuidade dos serviços públicos, além de gerar riscos à segurança de servidores e usuários, aumento de custos decorrentes de manutenções emergenciais e desgaste prematuro da frota.

2.4. A necessidade da contratação foi devidamente identificada e analisada no **Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 03/2026**, que demonstrou a **viabilidade técnica, econômica e jurídica** da solução proposta, bem como a adequação do modelo de contratação por **Sistema de Registro de Preços**, considerando a natureza continuada, variável e imprevisível das demandas de manutenção.

2.5. Dessa forma, a contratação mostra-se **necessária e imprescindível ao interesse público**, estando alinhada aos princípios do **planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e gestão adequada dos bens públicos**, conforme preconizado pela **Lei nº 14.133/2021**, não se tratando de mera conveniência administrativa, mas de medida essencial para a regularidade das atividades do Município.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ADM 2020-2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios automotivos (originais, genuínos e/ou paralelos)**, destinados à frota municipal do Município de Comendador Gomes/MG, abrangendo veículos leves, utilitários, caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos pesados.

3.2. A contratação será estruturada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, utilizando como base de precificação a **tabela referencial TRAZ VALOR**, sobre a qual incidirá o **desconto ofertado pelo licitante vencedor**, modelo amplamente utilizado em contratações públicas dessa natureza. Tal solução assegura **padronização de preços, transparência na formação do valor contratado e maior competitividade**, além de facilitar a fiscalização e o controle da execução contratual.

3.3. O modelo adotado permite que a Administração **contrate os serviços e adquira as peças de forma parcelada e conforme a necessidade real**, sem a obrigatoriedade de consumo integral dos quantitativos estimados, o que é essencial diante da **natureza continuada, variável e imprevisível** das demandas de manutenção mecânica. Dessa forma, evita-se a formação de estoques desnecessários, o comprometimento antecipado do orçamento e o risco de desperdício de recursos públicos.

3.4. A solução contempla tanto **manutenções preventivas**, voltadas à preservação da vida útil da frota e à redução de falhas operacionais, quanto **manutenções corretivas**, indispensáveis para a pronta recomposição da operacionalidade dos veículos e equipamentos utilizados em serviços públicos essenciais. O fornecimento de peças associado à execução dos serviços garante maior agilidade, compatibilidade técnica, responsabilidade única do contratado e redução de riscos de retrabalho.

3.5. Assim, a solução como um todo mostra-se **tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente segura**, atendendo aos princípios da **eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público**, em conformidade com o que dispõe a **Lei nº 14.133/2021** e com as conclusões apresentadas no Estudo Técnico Preliminar.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. receber o Serviço no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos Serviços ofertados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.6. a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.7. a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.8. responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

4.9. notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.10. Comunicar ao Contratado posterior alteração do projeto pelo Contratante na hipótese do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Para o fornecimento dos serviços e fornecimento peças solicitadas, a interessada deverá ser comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta licitação, bem como deverá realizar apresentação dos documentos previstos no art. 62, da Lei nº 14.133/2021 e constantes no item 4.

5.2. A empresa contratada deverá atender aos requisitos exigidos no Edital/Termo de referência nos itens que lhe compete, tendo como obrigações principais, que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação, critérios de sustentabilidade, atendendo as normativas, que couber.

5.3. A entrega dos serviços deverá ser feita conforme análise das secretarias municipais, devendo ser entregues e

Página 4 de 19



CONTRATADA POR COMENDADOR GOMES, MODADA POR RESSORTE
ADEM 2024-2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

inicializados no prazo abaixo apresentados, após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela CONTRATANTE, que será encaminhada pelo e-mail da licitante vencedora.

5.4. A entrega dos serviços de manutenção deverá ser feita conforme necessidade da Secretaria Municipal Requisitante devendo ser entregue no prazo máximo de:

5.5. Até 4 (quatro) horas para os veículos da Frota da Saúde, em casos de manutenções simplificadas;

5.6. Até 48 (quarenta e oito) horas para os demais casos, prazos estes contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela CONTRATANTE, que será encaminhada pelo e-mail da licitante vencedora.

5.7. Para os demais casos e secretarias, quando não se tratar de casos de urgência para atender a veículo/máquina utilizado em serviço essencial, o prazo para as manutenções poderá iniciar-se e serem entregues em prazos cabíveis de até 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado ou alterado o prazo, em casos em haja maior complexidade e necessidade, devidamente analisada pelo Setor de Trânsito e Transportes.

5.8. As entregas dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva para a Secretaria Municipal Requisitante deverão ocorrer na sede da empresa contratada, cabendo a esta a responsabilidade pelo transporte do veículo objeto de manutenção à sede da empresa.

5.9. Ficará sob a responsabilidade do fornecedor a entrega e a devolução dos veículos ao Pátio Central do Município, devendo o mesmo providenciar mão de obra para a entrega/execução dos mesmos. Ficando vedado ao vencedor entregar quantidade e qualidade diversas ao que foi solicitado

5.10. Em caso de não entrega dos serviços e/ou das peças, estará caracterizada a não aceitação, por parte da empresa vencedora. Nesta hipótese, é facultado ao Município aplicar as sanções previstas em Lei, bem como convocar os licitantes remanescentes, com observância da ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, inclusive preços.

5.11. Ficará sob a responsabilidade do fornecedor a entrega e o descarregamento dos produtos, devendo o mesmo providenciar mão de obra para a entrega/execução dos mesmos. Ficando vedado ao vencedor entregar quantidade e qualidade diversas ao que foi solicitado.

5.12. Ficam os licitantes vencedores obrigados a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da aquisição em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções. Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas, apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los no prazo de 24hrs (vinte e quatro horas), contados da data de recebimento da notificação escrita, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução, sendo que a CONTRATADA deverá assumir os custos de devolução/frete desses produtos.

5.13. Os licitantes deverão assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

5.14. Os licitantes deverão fornecer diretamente os serviços e peças, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

5.15. Os licitantes deverão repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

5.16. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços.

5.17. Fornecer todas as peças automotivas, componentes e acessórios conforme as especificações constantes na tabela TRAZ VALOR, garantindo que sejam novas, originais ou genuínas.

5.18. As peças deverão estar em perfeitas condições de uso, sem avarias, com embalagens lacradas de fábrica e acompanhadas da devida documentação de origem e certificação de garantia.

5.19. Garantir que todas as peças fornecidas tenham compatibilidade técnica com os veículos da Frota Municipal, conforme os manuais de fabricante.

5.20. Dispor de equipe técnica especializada e habilitada para executar os serviços de manutenção automotiva, com experiência e equipamentos adequados.

5.21. Garantir a conformidade dos serviços prestados com os padrões de qualidade recomendados pelos fabricantes dos veículos, bem como com as normas técnicas e regulamentações vigentes no setor automotivo.

5.22. Oferecer garantia mínima de **90 dias** para os serviços de manutenção prestados, conforme o Código de Defesa do Consumidor, com a devida correção de eventuais defeitos ou falhas sem ônus para a Administração.

5.23. Executar, sem custo adicional, serviços que apresentarem falhas ou não conformidade detectada no período de garantia, inclusive a substituição de peças, quando necessário.

5.24. Respeitar rigorosamente os preços e os tempos de execução dos serviços estabelecidos pela tabela TRAZ VALOR, assegurando que qualquer desconto ofertado na licitação incida de forma linear sobre todos os itens listados na referida tabela.



CONSTRUÇÃO POR SOMOS, MOVIMENTO POR PESSOAS
ADM 2015-2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

5.25. Não poderá aplicar preços superiores ou tempos de execução maiores do que os estipulados na tabela TRAZ VALOR, sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções previstas na legislação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. **SUSTENTABILIDADE:** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.2. **SUBCONTRATAÇÃO:** Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

6.3. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO** Não haverá exigência de garantia contratual para a aquisição dos serviços, uma vez que não se trata de licitação de grande vulto.

6.4. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA:** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

6.5. A contratação deverá atender aos requisitos necessários à adequada prestação dos serviços de manutenção mecânica da frota municipal, com fornecimento de peças e acessórios automotivos, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, padronização e controle de preços.

6.6. Requisitos Técnicos

a) A contratada deverá ser **empresa legalmente constituída**, com atuação comprovada no ramo de manutenção mecânica de veículos automotores e fornecimento de peças e acessórios;

b) Os serviços deverão abranger **manutenções preventivas e corretivas**, incluindo, quando necessário, sistemas mecânicos, elétricos, eletrônicos, hidráulicos, de suspensão, transmissão, motor, freios, arrefecimento e demais componentes correlatos;

c) As peças e acessórios fornecidos deverão ser **novos, de primeiro uso, originais, genuínos ou compatíveis**, desde que atendam às especificações técnicas do fabricante e às normas aplicáveis;

d) O fornecimento de peças deverá observar **tabela de referência oficial do mercado automotivo (TRAZ VALOR)**, com aplicação do **percentual de desconto ofertado na licitação**, como critério objetivo de formação dos preços;

e) Os serviços deverão ser executados **mediante prévia autorização da Administração**, após diagnóstico técnico e apresentação de orçamento detalhado, contendo descrição dos serviços, peças necessárias e respectivos valores com base na tabela referencial;

f) A execução dos serviços deverá ocorrer dentro dos **prazos compatíveis com a natureza da manutenção**, de forma a evitar a paralisação prolongada dos veículos e equipamentos.

6.7. Requisitos de Qualidade e Garantia

a) A contratada deverá garantir a **qualidade dos serviços executados** e das peças fornecidas, responsabilizando-se por eventuais defeitos, falhas ou vícios identificados durante o período de garantia;

b) As peças fornecidas deverão possuir **garantia mínima legal**, observadas as condições do fabricante e a legislação vigente;

c) Constatada a execução inadequada do serviço ou fornecimento de peça em desacordo com o solicitado, a contratada deverá proceder à correção **sem ônus adicional para a Administração**.

6.8. Requisitos de Execução e Operacionais

a) Os serviços serão prestados **sob demanda**, conforme necessidade das secretarias municipais, não havendo garantia de quantitativos mínimos;

b) A contratada deverá dispor de **estrutura física, equipamentos, ferramentas e mão de obra qualificada** suficientes para a execução do objeto;

c) É vedada a subcontratação integral do objeto, admitindo-se apenas nas hipóteses legalmente permitidas e desde que previamente autorizadas pela Administração;

d) A contratada deverá observar todas as normas de **segurança do trabalho, ambientais e de trânsito**, responsabilizando-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.



CONTRATAÇÃO POR EMPRÉTIMO - MODALIDADE POR PREÇOS
ACM 2021-1024

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

6.9. Requisitos de Conformidade Legal

- a) A contratação deverá observar integralmente a **Lei nº 14.133/2021**, bem como os decretos municipais que regulamentam as contratações públicas no âmbito do Município de Serra do Salitre/MG;
- b) A adoção de tabela referencial para formação dos preços encontra respaldo na **jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, notadamente no Processo nº 1092538, que reconhece a legalidade da fixação de parâmetros objetivos para controle dos preços de peças e serviços automotivos;
- c) O contrato deverá prever mecanismos de fiscalização, acompanhamento e controle da execução, nos termos da legislação vigente.

6.10. JUSTIFICATIVA PARA LIMITAÇÃO LOCAL:

6.10.1. A presente contratação **não estabelece limitação geográfica como critério de habilitação ou de participação no certame**, em estrita observância aos princípios da **isonomia, competitividade e ampla participação**, bem como ao disposto no **art. 9º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que veda cláusulas que restrinjam indevidamente o caráter competitivo da licitação.

6.10.2. Todavia, considerando as **particularidades do objeto**, que compreende a **prestação de serviços de manutenção mecânica associada ao fornecimento de peças e acessórios automotivos**, mostra-se **tecnicamente indispensável** a exigência de que o contratado disponha de **oficina estruturada, apta e operacional**, localizada a uma distância máxima de **até 150 (cento e cinquenta) quilômetros, por vias terrestres**, do Município de Comendador Gomes/MG, como **condição contratual**, aplicável **exclusivamente ao licitante vencedor**.

6.10.3. Tal exigência encontra **amparo direto e expresso na jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, notadamente no entendimento firmado na **Consulta – Processo nº 1.167.118**, segundo o qual:

- **é irregular a limitação geográfica como requisito de habilitação ou participação no certame;**
- **admite-se, de forma excepcional, a exigência de localização de estabelecimento indispensável à execução do contrato (oficina, filial, depósito ou estrutura equivalente), como condição contratual, desde que:**
 - **devidamente justificada na fase interna;**
 - **fundamentada na pertinência técnica da exigência;**
 - **observados os critérios de razoabilidade e proporcionalidade;**
 - **e não caracterizada como favorecimento regional indevido.**

6.10.4. **Pertinência técnica da distância máxima estabelecida:** A definição do limite máximo de **150 km por vias terrestres** decorre de **critérios objetivos, técnicos e operacionais**, diretamente relacionados à execução eficiente e contínua do contrato, considerando especialmente:

- a) a **necessidade de deslocamentos frequentes da frota municipal** para diagnósticos, manutenções preventivas e corretivas, testes, ajustes e retirada dos veículos;
- b) a **redução do tempo de indisponibilidade dos veículos**, fator crítico para a manutenção da continuidade de serviços públicos essenciais, tais como saúde, transporte escolar, obras, limpeza urbana e infraestrutura;
- c) a **mitigação de custos indiretos**, incluindo consumo excessivo de combustível, desgaste prematuro dos veículos, horas improdutivas de servidores e despesas logísticas associadas a deslocamentos de longa distância;
- d) a **viabilização da fiscalização presencial, tempestiva e efetiva** da execução contratual, conforme dever legal do gestor e do fiscal do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- e) a **necessidade de execução integrada e contínua entre fornecimento de peças e prestação dos serviços mecânicos**, o que demanda estrutura física acessível, com capacidade de resposta rápida às demandas da Administração.

6.10.5. **10.4.1.** O limite de **150 km** foi fixado por se mostrar **razoável, proporcional e compatível com a realidade regional**, não inviabilizando a competitividade do certame, ao mesmo tempo em que assegura **eficiência operacional, economicidade e segurança na execução do contrato**, em consonância com os princípios que regem as contratações públicas.

6.10.6. Ressalte-se que a exigência **não restringe a participação de empresas sediadas fora do Município ou da região**, uma vez que **qualquer licitante poderá participar do certame**, desde que,



CONTOURAGEM POR LEI Nº 001/2016
ADM 2025-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

caso vencedor, comprove a existência, instalação ou disponibilização de **oficina apta e operacional** dentro do limite máximo estabelecido.

6.10.7. Dessa forma, a exigência:

- **não se confunde com regionalização indevida;**
- **não favorece fornecedores locais;**
- **não constitui critério de habilitação;**
- **não viola o princípio da competitividade**, conforme entendimento reiterado do TCE/MG e de outros órgãos de controle.

6.10.8. Diante do exposto, a fixação da distância máxima de **150 km por vias terrestres** para a localização da oficina do contratado configura **condição contratual excepcional**, diretamente vinculada à execução satisfatória do objeto, **devidamente justificada sob os aspectos técnico, econômico e operacional**, atendendo ao **interesse público**, aos princípios da **eficiência, economicidade e razoabilidade**, e ao **entendimento consolidado do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**.

7. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. A empresa contratada deverá atender aos requisitos exigidos no Edital/Termo de referência nos itens que lhe compete, tendo como obrigações principais, que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação, critérios de sustentabilidade, atendendo as normativas, que couber.

7.2. Em caso de não entrega das peças e serviços, estará caracterizada a não aceitação, por parte da empresa vencedora. Nesta hipótese, é facultado ao Município aplicar as sanções previstas em Lei, bem como convocar os licitantes remanescentes, com observância da ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, inclusive preços.

7.3. Ficará sob a responsabilidade do fornecedor a entrega e o descarregamento dos serviços e materiais, devendo o mesmo providenciar mão de obra para a entrega/execução dos mesmos. Ficando vedado ao vencedor entregar quantidade e qualidade diversas ao que foi solicitado.

7.4. Ficam os licitantes vencedores obrigados a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da aquisição em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções. Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas, apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los no prazo de 24hrs (vinte e quatro horas), contados da data de recebimento da notificação escrita, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução, sendo que a CONTRATADA deverá assumir os custos de devolução/frete desses produtos.

7.5. A contratação apresenta como requisito temporal a execução e fornecimento dos itens a serem contratados no prazo de 12 (Doze) meses, contados da emissão da assinatura do contrato administrativo ou ata de registro de preços, podendo ser prorrogado caso haja interesse público e de acordo com o que preconiza a Lei Geral de Licitações.

7.6. Os serviços contemplarão tanto serviços em veículos a Gasolina, Etanol e Diesel.

7.7. Os veículos deverão ser levados à sede da CONTRATADA para a realização dos referidos serviços.

7.8. Os serviços deverão ser atestados e realizados após a indicação de peças a serem trocadas, possibilitando a aquisição pela CONTRATANTE, a fim de que haja efetividade nos serviços a serem prestados.

7.9. Deverão ser usadas peças e acessórios novos e genuínos ou originais, que atendam às especificações dos veículos e às normas da ABNT. Entende-se por itens genuínos, aqueles fabricados exclusivamente para uso na montagem dos veículos ou para a revenda nas concessionárias da marca e por originais aqueles que são fabricados / disponibilizados no mercado de autopeças observando-se a originalidade das peças existentes na composição do conjunto eletromecânico do veículo.

7.10. Para fins de aquisição e contratação, o gestor da ATA deverá realizar orçamentos prévios, a fim de avaliar a real observância dos preços de mercado, que será devidamente informado ao licitante vencedor, a fim de notificá-lo sobre eventual incoerência em valores superiores aos legais e praticados em comércio.

7.11. Contratante poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a



CONSTITUÍDA POR HOMENS, MOVIDA POR PESSOAS
ADM 2025-2027

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

Contratada a executar ou fornecer o que for aprovado em todo ou em parte.

7.12. Entende-se por manutenção preventiva as revisões e serviços de caráter preventivo determinadas pelo fabricante e explicitadas no manual do proprietário com a finalidade de avaliar as condições para o perfeito funcionamento dos veículos, além de detectar possíveis desgastes em peças, acessórios e outros elementos, objetivando manter o veículo em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas específicas, incluindo as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao seu bom funcionamento.

7.13. Entende-se por manutenção corretiva as revisões e serviços de caráter corretivo, não previstas no manual do proprietário, mas que existem em função de adversidades em função de uso da unidade automotora, para possibilitar a reparação de defeitos e falhas em qualquer parte do veículo, com substituição de peças e acessórios genuínos, desde que autorizado pelo Gestor correspondente.

7.14. A manutenção corretiva abarca todos os reparos necessários aos defeitos ocorridos acidentalmente como, por exemplo: quebra de componentes, desgastes prematuros, uso indevido, colisões. Serão realizadas manutenções corretivas sempre que houver necessidade de reparos aos defeitos imprevistos, ocorridos acidentalmente ou não, nos casos de quebra de componentes, desgastes prematuros, uso indevido, sinistros e outros, independente da realização de manutenção preventiva e sempre que solicitado pelo gestor correspondente.

7.15. As manutenções corretivas deverão ser atendidas prontamente quando solicitadas, observado o prazo máximo estipulado neste Termo de Referência para este caso.

7.16. A solicitação de manutenção preventiva e corretiva ocorrerá mediante Ordem de Serviço emitida pelo Setor requisitante. De posse da Ordem de Serviço a Contratada deverá enviar orçamento detalhado dos serviços propostos, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, e então, proceder à execução da manutenção logo após aprovação do orçamento pelo Gestor da Ata/Contrato.

7.17. Os serviços serão realizados nas dependências da Contratada, e em casos excepcionais nas dependências da Contratante, mediante autorização do Gestor correspondente, devendo a mesma permitir livre acesso de representantes da Administração Pública, para que se proceda à fiscalização dos trabalhos.

7.18. Os serviços deverão ser realizados por técnicos treinados para atuarem nos veículos daquela marca específica.

7.19. O tempo da mão-de-obra na execução dos serviços, a serem empregados nas manutenções preventivas e corretivas, deverá ser compatível com as tabelas das montadoras, com a opção de utilizar o software de orçamento eletrônico TRAZ VALOR (tabela de tempo de execução dos serviços);

7.20. O sistema com a tabela referencial de preços será utilizado para fixar o valor sobre o qual incidirá o desconto ofertado, bem como para estipular a quantidade de horas necessárias para a execução dos serviços;

7.21. As peças e os serviços cujo número de horas a serem executados não estiver relacionado na tabela referencial (TRAZ VALOR), só terão sua execução autorizada após análise e aprovação do gestor/fiscal de frotas ou secretário da pasta/órgão requisitante.

7.22. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, serão utilizados para fixação do valor, sobre o qual incidirá o desconto ofertado na licitação, os seguintes parâmetros:

7.22.1. Tabela de valores das peças e tabela temporária fornecida pela fabricante ou concessionária do veículo, desde que esteja disponível para consulta pública, quando não puder ser realizada a emissão de relatório pelas tabelas da TRAZ VALOR, havendo a necessidade de justificativa para tal;

7.22.2. O valor de peças praticado no mercado regional, que será obtido através de pesquisa de preços/orçamento;

7.23. A qualquer momento, independente da origem das peças (originais, genuínas), a CONTRATANTE poderá realizar pesquisa de mercado para avaliar o orçamento proposto. Caso Identificado preços acima da média do mercado, a CONTRATADA obriga-se a efetivar o menor preço demonstrado pela CONTRATANTE.

7.24. As peças, bem como os serviços deverão atender às exigências de qualidade originais ou genuínas e de 1º (Primeira Linha), observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).



COMENDADOR GOMES, MINISTRO POR PESSOAS
ADM 2024-2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

7.25. Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada;

7.26. A relação de veículos neste termo é simplesmente referencial e indicativa do estado atual da frota, podendo incorporar ao presente processo, novos veículos que venham a ser adquiridos após a realização da presente licitação e durante a vigência da ata de registro de preços;

7.27. A inicialização dos serviços de manutenção deverá ser feita conforme necessidade da Secretaria Municipal Requisitante devendo ocorrer no prazo máximo de:

7.27.1. Até 2 (Duas) horas para os veículos da Frota da Saúde, em casos de manutenções;

7.27.2. Até 4 (Quatro) horas para os demais casos, prazos estes contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela CONTRATANTE, que será encaminhada pelo e-mail da licitante vencedora, tendo até 1 hora para responder o e-mail.

7.28. O Encerramento e entrega dos serviços de manutenção deverá ser feita e executada em prazo máximo de:

7.28.1. Até 6 (Seis) horas, para as manutenções realizadas na Frota da Saúde, podendo ser prorrogado por igual período caso haja justificativa de serviço complexo;

7.28.2. Até 12 (Doze) horas, para as manutenções realizadas nos demais veículos, podendo ser prorrogado por igual período caso haja justificativa;

7.29. As peças requeridas pela Secretaria Requisitante deverão ser entregues em prazo não superior a 5 (cinco) dias, na Oficina Municipal.

7.30. A execução dos serviços deverá ser em local definido na Autorização de Fornecimento, sendo de responsabilidade da pessoa jurídica contratada fazê-lo arcando com todos os custos e ônus da execução, bem como com veículo, ferramentas e equipamentos próprios, utilizando dos EPIs necessários à execução dos serviços contratados, responsabilizando-se, ainda, a contratada, por todos os ônus que decorrentes da execução (impostos, taxas, encargos trabalhistas e previdenciários, dentre outros), obrigando-se a obedecer, para tanto, a legislação cível, criminal, previdenciária e trabalhista;

7.31. A aquisição e contratação será realizada de forma parcelada de acordo com a necessidade futura e não haverá quantidade mínima a ser adquirida, ficando a critério da administração pública definir, a cada solicitação, a quantidade e o local onde deverão ser prestados os serviços contratados;

7.32. Prazo de garantia mínimo dos serviços será de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua entrega e aprovação pela administração;

7.33. A relação de peças e serviços deverão ser previamente fornecidos pela CONTRATADA, por meio de cálculos emitidos pelo sistema de orçamentos TRAZ VALOR, e posteriormente conferido pelo Setor de Trânsito e Transportes.

7.34. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Prefeitura e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

7.35. Não será permitido a sublocação ou subcontratação de serviços de manutenção e fornecimento de peças, visto haver a necessidade de oficina e fornecimento pela própria empresa fornecedora, visando dar ampla celeridade na manutenção da frota municipal, bem como agilidade na entrega de peças.

8. GESTÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO / REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. O contrato administrativo e/ou a ata de registro de preços deverão ser executados fielmente pelas

Página 10 de 19



partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com as disposições deste Termo de Referência e com as normas da **Lei nº 14.133/2021**, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Administração Municipal, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**, por meio de servidor(es) formalmente designado(s), competindo-lhes verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente quanto à qualidade dos serviços prestados, ao fornecimento das peças, aos prazos de execução, à observância dos preços e descontos registrados, bem como ao atendimento das normas técnicas e legais aplicáveis.

8.4. Caberá ao **Gestor do Contrato/Ata de Registro de Preços** a coordenação geral da execução contratual, incluindo a adoção de providências administrativas, a autorização de despesas, a formalização de termos aditivos, a análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, a aplicação de penalidades, quando cabível, e a interlocução com os setores demandantes.

8.5. Ao **Fiscal do Contrato/Ata** competirá o acompanhamento técnico da execução do objeto, o atesto das notas fiscais, a verificação da conformidade dos serviços e peças fornecidas com as especificações contratadas, a emissão de relatórios de fiscalização, bem como a comunicação imediata ao gestor acerca de eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais.

8.6. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas, preferencialmente, por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos, quando compatíveis com a formalidade do ato. Sempre que necessário, o órgão gerenciador poderá convocar representante da contratada para adoção de providências imediatas ou para reuniões de alinhamento e fiscalização da execução.

8.7. Eventuais impedimentos, paralisações ou suspensões da execução contratual deverão ser formalmente registrados nos autos, com a devida motivação, sendo o cronograma ajustado por meio de apostilamento ou termo aditivo, conforme o caso.

8.8. Para fins de gestão e fiscalização da presente contratação, **fica designado como Gestor do Contrato/Ata de Registro de Preços o servidor Bruno Martins Assunção, e como Fiscal do Contrato/Ata o servidor Iza santos Tavares**, competindo a ambos o exercício das atribuições previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas do Município.

9. CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Do Recebimento

9.1.1. Recebimento Provisório: Os serviços serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, acompanhado pela nota fiscal ou documento equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato. Para assegurar a conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada, a contratada deve fornecer os seguintes relatórios:

9.1.2. O recebimento dos serviços de manutenção mecânica e do fornecimento de peças ficará condicionado à **prévia apresentação, pela contratada, de relatório técnico detalhado**, acompanhado da **estimativa/orçamento previamente autorizado pela Administração**, elaborada a partir da **motivação formal da Prefeitura**, conforme demanda da Secretaria requisitante.

9.1.3. O relatório deverá conter, no mínimo, a identificação do veículo ou equipamento atendido, a descrição dos serviços executados, as peças substituídas, os tempos de execução, os valores correspondentes conforme tabela referencial adotada e o desconto aplicado, bem como a justificativa técnica para a realização das manutenções, de forma a permitir a **verificação da compatibilidade entre o serviço executado, a estimativa previamente aprovada e a real necessidade da Administração Pública**.

9.1.4. A estimativa/orçamento apresentada deverá ter como fundamento a **motivação expressa da Prefeitura**, formalizada por meio de Ordem de Serviço ou documento equivalente, sendo vedada a execução de serviços ou o fornecimento de peças sem a prévia autorização do gestor ou fiscal do contrato. Tal procedimento tem por finalidade assegurar o **controle da execução, a economicidade da contratação e a correta aplicação dos recursos públicos**.



CONTRATO POR EMPREITA MENSAL POR PREÇOS
ADM 2020-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

9.1.5. O recebimento provisório somente ocorrerá após a conferência do relatório e da estimativa aprovada, pelo fiscal do contrato, quanto à conformidade com as especificações contratuais. O recebimento definitivo e a consequente liberação para pagamento estarão condicionados ao atesto formal do fiscal e do gestor do contrato, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, certificando que os serviços e peças foram efetivamente executados e entregues em conformidade com o pactuado.

9.1.6. Rejeição de Serviços: Se os serviços não estiverem em conformidade com as especificações, poderão ser rejeitados total ou parcialmente, mesmo antes do recebimento provisório. Neste caso, a contratada deve substituir os serviços e fornecer:

- **Relatório de Correção:** Documento detalhado que descreve as ações corretivas realizadas e a reexecução dos serviços, conforme as exigências do Termo de Referência.

9.1.7. Controvérsias na Execução: Em caso de controvérsia sobre a execução dos serviços, deve-se observar o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021. A contratada deve fornecer:

- **Relatório de Controvérsia:** Documento detalhado que explica as discrepâncias ou questões em disputa, com base na execução dos serviços e na Nota Fiscal emitida.

9.1.8. Solução de Inconsistências: Caso haja inconsistências na execução dos serviços ou na nota fiscal, a contratada deve:

- **Relatório de Correção de Inconsistências:** Documento que descreve as medidas corretivas adotadas e as modificações realizadas, garantindo que todos os problemas sejam resolvidos antes da liquidação da despesa.

9.1.9. Responsabilidade Após Recebimento: Após o recebimento provisório ou definitivo, a responsabilidade pela solidez e segurança dos serviços prestados permanece com a contratada. A contratada deve fornecer:

- **Relatório de Garantia e Conformidade:** Documento que confirma a conformidade contínua com as especificações contratuais e garante a responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados.

9.2. Do Reajuste e do Reequilíbrio

9.2.1. Não haverá aplicação de **reajuste de preços** nos moldes tradicionais previstos na legislação, tendo em vista que a contratação adota como referência a **Tabela TRAZ VALOR**, a qual possui **atualizações periódicas próprias**, refletindo as variações de mercado de peças, insumos e tempos de execução dos serviços.

9.2.2. Os preços dos serviços e das peças serão aqueles **vigentes na Tabela TRAZ VALOR à época da execução**, sobre os quais incidirá o **desconto ofertado pelo contratado**, de forma linear e obrigatória para todos os itens, não sendo admitida a aplicação de valores ou tempos superiores aos constantes da referida tabela.

9.2.3. As eventuais atualizações da Tabela TRAZ VALOR **não se caracterizam como reajuste contratual**, mas como **atualização da base referencial de preços**, aplicável de forma automática, objetiva e impessoal, preservando o equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado, desde que mantido o percentual de desconto registrado.

9.2.4. Fica resguardado, contudo, o direito ao **reequilíbrio econômico-financeiro**, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente nas hipóteses de fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis ou de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, devidamente comprovados, que venham a alterar substancialmente a equação econômico-financeira do contrato, observados os procedimentos legais e a devida instrução processual.

9.2.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

9.2.6. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe a contratada apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio, seguindo sempre o que determina a Lei.

9.3. Liquidação

9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins

Página 12 de 19



CONSTITUICAO POR TOMADA DE PRECOSA POR PESSOAS
4014 2011-2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.3.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de certidões negativas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.6. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.3.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

9.4. Prazo de pagamento e forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.4.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR DESCONTO POR ITEM**, por meio do método auxiliar de **REGISTRO DE PREÇOS**.

10.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos



CONSTRUÇÃO POR EMPREITEIRA, MONITORIA POR PREÇOS
ABRIL 2025-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,01% (Um décimo por cento)**.

10.3. Empresas situadas em distância máxima de 150 (Cento e Cinquenta) Quilômetros por via terrestres/rodovias do Município de Comendador Gomes/MG, poderão participar deste certame, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, conforme REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

10.4. A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

10.5. A empresa deverá comprovar suas Condições de PROPOSTA e HABILITAÇÃO apresentando os documentos abaixo:

10.5.1. PROPOSTA compatível com preços de mercado, devidamente apresentada para abordar a contratação objeto deste instrumento, em papel timbrado, POR ITEM, mas apresentando valores unitários dos itens de composição e globais, local, data e assinatura pelo representante legal.

10.5.2. Para os ITENS, deverão ser observados pedidos de garantia de proposta em percentual de 1% (um por cento), de acordo com o que possibilita o §1º e seguintes do art. 58 da Lei 14.133/21.

10.5.3. A apresentação de GARANTIA DE PROPOSTA deve ser apresentada e prontamente analisada, devendo ser apresentada de forma prévia ao **INÍCIO DA FASE DE JULGAMENTO (CADASTRAMENTO DA PROPOSTA, na aba GARANTIA DE PROPOSTA)**, bem como deverá ser **APRESENTADA APÓS (QUANDO DA ABERTURA DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA FINAL)**, juntamente à proposta final readequada, visando dar maior possibilidade de análise e arquivamento dos documentos da proposta, podendo seguir:

10.5.3.1. GARANTIA PROPOSTA: Os participantes deverão prestar garantia no valor de 1% (um por cento) do valor global orçado pelo Município, para os itens acima apresentados, com prazo de validade de, no mínimo, 60 (Sessenta) dias, como condição de participação neste certame licitatório, art. 58 da Lei 14.133/21, podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades constantes do art. 97, também da Lei 14.133/21.

10.5.3.2. Os títulos de dívida pública, somente serão aceitos como garantia, desde que comprovada sua escrituração em sistema centralizado de liquidação e custódia, pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda (artigo 96, inciso I, da Lei de 14.133/21).

10.5.3.3. A caução prestada para participação da licitação (garantia de proposta) não se confunde com a caução exigida do licitante vencedor no ato da assinatura do contrato, como garantia de sua execução.

10.5.3.4. A garantia das licitantes consideradas inabilitadas será restituída mediante solicitação endereçada à Prefeitura Municipal, junto com a via original do recibo do recolhimento, após decorrido o prazo para interposição de recursos ou após o julgamento dos recursos e ações judiciais eventualmente interpostos;

10.5.3.5. As licitantes consideradas habilitadas, mas que tenham sido excluídas das fases subsequentes do certame em razão de desistência, por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, bem como as licitantes desclassificadas deverão solicitar a restituição desta garantia/caução após o decurso do prazo para interposição de recursos ou após o julgamento dos recursos e ações judiciais eventualmente interpostos;

10.5.3.6. A garantia prestada pela licitante vencedora e pelas demais classificadas será restituída, mediante solicitação escrita e após o decurso do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato com a empresa vencedora deste certame.

10.5.3.7. Perderá direito à restituição da caução, com reversão do valor para os cofres do Município, a licitante vencedora que não oferecer as garantias exigidas para a assinatura do contrato ou que se recusar a assiná-lo no prazo em que para tanto for convocada, por escrito;

10.5.3.8. A garantia de proposta poderá ser comprovada pela juntada dos comprovantes contantes do §1º do art. 96 da Lei 14.133/21.

10.5.3.9. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelas PROPONENTES em decorrência de sua participação na LICITAÇÃO dará causa à execução da GARANTIA DA PROPOSTA, mediante notificação pelo MUNICÍPIO à PROPONENTE inadimplente, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste termo.

10.5.4. GARANTIA CONTRATUAL: à empresa vencedora dos itens constantes deste documento, será exigida caução garantia de contrato, no ato da assinatura deste, no valor de 5% (cinco por cento) do valor total

Página 14 de 19



CONTRATO POR OBRAS DE MANUTENÇÃO POR PREÇOS
ADEM 20.11.2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

da proposta final readequada, em uma das modalidades previstas no art. 98 e seguintes da Lei 14.133/21, sendo que no caso de seguro garantia ou fiança bancária, deverá ter período de vigência de, no mínimo, 12 (doze) meses, e será novamente exigida caso haja prorrogação contratual.

10.5.4.1. A garantia contratual seguirá o mesmo rito da GARANTIA PROPOSTA, todavia sua exigência ocorrerá tão e somente quanto da assinatura CONTRATUAL.

10.5.5. JUSTIFICATIVA PARA APRESENTAÇÃO / EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA E CONTRATUAL

10.5.5.1. A exigência de garantia de proposta para o processo licitatório de contratação de empresa para serviços de manutenção mecânica com fornecimento de peças no Município de Comendador Gomes/MG é uma medida de segurança e conformidade legal. Conforme o §1º do art. 58 da Lei 14.133/21, esta garantia assegura que as licitantes estejam comprometidas com suas ofertas, mitigando o risco de desistências que poderiam afetar adversamente o andamento do processo licitatório.

10.5.5.2. Além disso, a estabilidade do processo licitatório é fundamental. A garantia de proposta garante que somente proponentes seriamente interessados e capazes de cumprir com as obrigações contratuais participem do certame. Isso é crucial para evitar oscilações no processo que poderiam surgir de retratações de ofertas, garantindo assim a continuidade e a previsibilidade do processo licitatório.

10.5.5.3. No que se refere à execução contratual, a garantia exigida para a execução do contrato, conforme o art. 98 da Lei 14.133/21, é uma salvaguarda para o Município. Esta medida assegura que a empresa vencedora cumpra todas as obrigações contratuais previstas, incluindo a qualidade e o fornecimento das peças e acessórios. Em caso de inadimplência ou falhas na execução, essa garantia oferece um meio para o Município recuperar potenciais perdas financeiras.

10.5.5.4. As garantias servem também como proteção econômica para o Município, possibilitando a cobertura de eventuais danos ou prejuízos causados por não cumprimento das condições contratuais pela empresa contratada. Este aspecto reforça a importância de tais garantias como uma forma de mitigação de riscos para a administração pública.

10.5.5.5. Por fim, essas exigências de garantia reforçam a credibilidade e a transparência do processo licitatório. Elas asseguram que todas as propostas sejam tratadas de forma equitativa e que estejam alinhadas com os preços de mercado, conforme estipulado nas diretrizes do edital. Portanto, essas medidas são essenciais para garantir a seleção de uma proposta não apenas vantajosa, mas também segura, promovendo a execução eficiente dos serviços necessários para o Município.

10.6. Apresentação de requisitos de **HABILITAÇÃO**, com fornecimento dos documentos constantes no art. 62 e seguintes da Lei 14.133/21, os quais serão especificados pelo Agente de Contratações no Edital de convocação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As dotações orçamentárias para custear as despesas decorrentes com as aquisições do objeto desta licitação serão realizados da seguinte forma:

Gabinete do Prefeito

02.01.01.00.04.122.0002.01.2.002.3.3.90.39.00.00; FC:20; Fonte: 1500; 1501; 1720

02.01.01.00.04.122.0002.01.2.002.3.3.90.30.00.00; FC: 17; Fonte: 1500; 1501;1720

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

02.01.04.01.12.122.0005.01.2.003.3.3.90.39.00.00; FC:53; Fonte: 1500; 1550;

02.01.04.01.12.122.0005.01.2.003.3.3.90.30.00.00; FC: 49; Fonte: 1500; 1550;

02.01.04.02.12.361.0005.05.2.008.3.3.90.30.00.00; FC: 78; Fonte: 1500; 1550;1553;1576;

02.01.04.02.12.361.0005.05.2.008.3.3.90.39.00.00; FC: 81; Fonte: 1500; 1550;1553;1576;



CONTRATO POR OBRAS MÓDULO POR PESSOA
ACM 2023.2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

02.01.04.02.12.361.0005.11.2.142.3.3.90.30.00.00; FC; 90; Fonte: 1540;
02.01.04.02.12.361.0005.11.2.142.3.3.90.39.00.00; FC; 94; Fonte: 1540;
02.01.04.02.12.367.0005.10.2.013.3.3.90.30.00.00; FC; 139; Fonte: 1500;1550;
02.01.04.02.12.367.0005.10.2.013.3.3.90.39.00.00; FC; 142; Fonte: 1500;1550;
02.01.04.02.12.367.0005.13.2.143.3.3.90.30.00.00; FC; 149; Fonte: 1540
02.01.04.02.12.367.0005.13.2.143.3.3.90.39.00.00; FC; 152; Fonte: 1540-

Secretaria Municipal de Meio ambiente

02.01.06.01.06.181.0002.39.2.153.3.3.90.30.00.00; FC; 207; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.06.01.06.181.0002.39.2.153.3.3.90.39.00.00; FC; 209; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.06.01.18.541.0002.09.2.019.3.3.90.30.00.00; FC; 217; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.06.01.18.541.0002.09.2.019.3.3.90.39.00.00; FC; 221; Fonte: 1500;1501;1720;

Secretaria Municipal de Administração

02.01.07.01.04.122.0002.11.2.020.3.3.90.30.00.00; FC; 236; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.07.01.04.122.0002.11.2.020.3.3.90.39.00.00; FC; 240; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.07.01.06.181.0002.37.2.151.3.3.90.30.00.00; FC; 289; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.07.01.04.122.0002.11.2.020.3.3.90.30.00.00; FC; 291; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.07.01.06.181.0002.38.2.152.3.3.90.30.00.00; FC; 294; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.07.01.06.181.0002.38.2.152.3.3.90.39.00.00; FC; 296; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.07.01.06.181.0002.40.2.154.3.3.90.30.00.00; FC; 299; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.07.01.06.181.0002.40.2.154.3.3.90.39.00.00; FC; 301; Fonte: 1500;1501;1720;

Secretaria Municipal de Planejamento

02.01.10.01.04.121.0002.20.2.116.3.3.90.30.00.00; FC; 413; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.10.01.04.121.0002.20.2.116.3.3.90.39.00.00; FC; 417; Fonte: 1500;1501;1720;

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural

02.01.13.01.15.452.0009.15.2.132.3.3.90.30.00.00; FC; 647; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.13.01.15.452.0009.15.2.132.3.3.90.39.00.00; FC; 650; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.13.01.15.452.0009.17.2.134.3.3.90.30.00.00; FC; 657; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.13.01.15.452.0009.17.2.134.3.3.90.39.00.00; FC; 660; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.13.01.26.782.0009.14.2.131.3.3.90.30.00.00; FC; 671; Fonte: 1500;1501;1720;
02.01.13.01.26.782.0009.14.2.131.3.3.90.39.00.00; FC; 674; Fonte: 1500;1501;1720;1750;

Secretaria Municipal de Saúde

02.01.05.01.10.122.0012.01.2.066.3.3.90.30.00.00; FC; 192; Fonte: 1500;
02.01.05.01.10.122.0012.01.2.066.3.3.90.39.00.00; FC; 195; Fonte: 1500;

Fundo Municipal de Saúde

02.01.09.01.10.301.0012.06.2.050.3.3.90.30.00.00; FC; 316; Fonte: 1500;1621;1600;
02.01.09.01.10.301.0012.06.2.050.3.3.90.39.00.00; FC; 319; Fonte: 1500;1621;1600;
02.01.09.01.10.301.0012.09.2.053.3.3.90.30.00.00; FC; 338; Fonte: 1500;1621;1600;
02.01.09.01.10.301.0012.09.2.053.3.3.90.39.00.00; FC; 343; Fonte: 1500;1621;1600;
02.01.09.04.10.304.0012.15.2.047.3.3.90.30.00.00; FC; 386; Fonte: 1500;1621;1600;
02.01.09.04.10.304.0012.15.2.047.3.3.90.39.00.00; FC; 389; Fonte: 1500;1621;1600;
02.01.09.04.10.305.0012.16.2.048.3.3.90.30.00.00; FC; 396; Fonte: 1500;1621;1600;
02.01.09.04.10.305.0012.16.2.048.3.3.90.39.00.00; FC; 399; Fonte: 1500;1621;1600;

Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Habitação

02.01.12.01.14.422.0013.20.2.078.3.3.90.30.00.00; FC; 489; Fonte: 1500;
02.01.12.01.14.422.0013.20.2.078.3.3.90.39.00.00; FC; 492; Fonte: 1500;
02.01.12.02.08.245.0013.17.2.161.3.3.90.30.00.00; FC; 597; Fonte: 1500;
02.01.12.02.08.245.0013.17.2.161.3.3.90.39.00.00; FC; 601; Fonte: 1500;



CONSTITUÍDA POR LEI Nº 1.000, DE 1993
ADM. 2023-2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

02.01.13.01.15.452.0009.17.2.134.4.4.90.52.00.00; FC; 691; Fonte: 1500; 1501; 1750;

02.01.14.01.20.608.0011.06.2.138.3.3.90.39.00.00; FC; 694; Fonte: 1500; 1501; 1750;

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.9. Fraudar a licitação

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou

Página 17 de 19



CONSTITUÍDA POR PESSOAS MOVIDA POR PESSOAS
ADM. 2021-2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

CNPJ 18.449.173/0001-57

contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8,, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Os critérios e percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Frutal/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação.

15. DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

15.1. Integram esta demanda, formalizada por meio do presente Termo de Referência, as seguintes Secretarias Municipais: Educação, Saúde, Assistência Social, Administração, Planejamento, Agricultura Pecuária, Meio

Página 18 de 19



CONSTITUÍDA POR HOMENS, MOVIDA POR MULHERES
ADM 2021-2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE **COMENDADOR GOMES**

CNPJ 18.449.173/0001-57

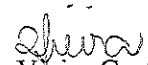
Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural e Fazenda. que apresentaram suas necessidades específicas e participarão do certame na condição de beneficiárias da contratação.

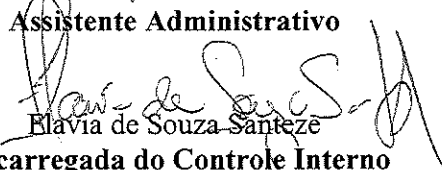
15.2. Define-se a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural como órgão gerenciador do processo, responsável pela centralização das demandas, organização do procedimento licitatório e gerenciamento, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Comendador Gomes/MG, 12 de Janeiro de 2026


Camilla Silva Teixeira

Encarregada de Coordenação Municipal de Administração


Vitoria Vieira Castro Nunes
Assistente Administrativo

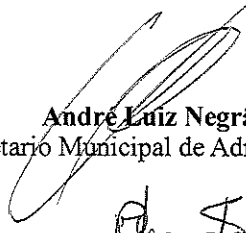

Elavie de Souza Santeze
Encarregada do Controle Interno

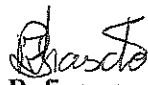
APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA REFERENTE AO ETP Nº 03/2026

OBJETO: A contratação de empresa especializada destina-se à prestação de serviços de manutenção mecânica, com fornecimento de peças e acessórios originais, genuínos e/ou paralelos, com base na tabela Traz Valor. Os serviços visam atender às necessidades da frota municipal de veículos e maquinários do Município de Comendador Gomes/MG, constantes deste Termo de Referência.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser adquirido, **APROVAMOS** o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital a ser elaborado pelo Setor de Licitações.


Comendador Gomes/MG, 15 de Janeiro de 2026



André Luiz Negrão
Secretário Municipal de Administração


Fernanda Rufino nascimento
Encarregada do Setor de Secretaria Municipal de Educação e Cultura


Gisélia Aparecida Barcelos
Secretaria Municipal de Assistência Social

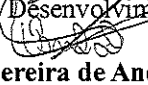

Erioaldo da Silva Ferreira
Secretário Municipal de Saúde


Regiane Ferreira Barcelos
Secretaria Municipal de Meio Ambiente


Tiago da Silva
Secretário Municipal de Planejamento


Leandro Garcia da Silva
Secretário Municipal de Fazenda


Frontino Esio Santana
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural


Ueder Pereira de Andrade
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária